



Políticas Públicas no Brasil Exploração e Diagnóstico 4

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)

 **Atena**
Editora

Ano 2018

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)

**Políticas Públicas no Brasil Exploração e
Diagnóstico**
4

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P769 Políticas públicas no Brasil [recurso eletrônico] : exploração e diagnóstico 4 / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. – (Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico; v. 4)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-062-9

DOI 10.22533/at.ed.629192201

1. Administração pública – Brasil. 2. Brasil – Política e governo.
3. Planejamento político. 4. Política pública – Brasil. I. Silvestre,
Luciana Pavowski Franco. II. Série.

CDD 320.60981

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O e-book “Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico” apresenta 131 artigos organizados em sete volumes com temáticas relacionadas às políticas de saúde, educação, assistência social, trabalho, democracia e políticas sociais, planejamento e gestão pública, bem como, contribuições do serviço social para a formação profissional e atuação nas referidas políticas.

A seleção dos artigos apresentados possibilitam aos leitores o acesso à pesquisas realizadas nas diversas regiões do país, apontando para os avanços e desafios postos no atual contexto social brasileiro, e permitindo ainda a identificação das relações e complementariedades existentes entre a atuação nos diferentes campos das políticas públicas.

Destaca-se a relevância da realização de pesquisas, que tenham como objeto de estudo as políticas públicas, bem como, a disseminação e leitura destas, visando um registro científico do que vem sendo construído coletivamente na sociedade brasileira e que deve ser preservado e fortalecido considerando-se as demandas de proteção social e de qualificação da atuação estatal em conjunto com a sociedade civil em prol da justiça social.

Boa leitura a todos e todas!

Dra. Luciana Pavowski Franco Silvestre

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A EDUCAÇÃO INFANTIL EM MUNICÍPIOS COM ALTOS IDEBS NO NORDESTE: AS CONCEPÇÕES DOS GESTORES ESCOLARES	
<i>Patrícia Maria Uchôa Simões</i> <i>Juceli Bengert Lima</i> <i>Manoel Zózimo Neto</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6291922011	
CAPÍTULO 2	13
A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO ESTADO DO MARANHÃO E POLÍTICA EDUCACIONAL: ASPECTOS DA ORIGEM E A SUA IMPLEMENTAÇÃO	
<i>Marcia Cordeiro Costa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6291922012	
CAPÍTULO 3	24
A IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO DE CRECHES COMO POLÍTICA PÚBLICA A FIM DE REDUZIR A DESIGUALDADE DE GÊNERO NO MERCADO DO TRABALHO	
<i>Aline Evelin Fabrício de Macedo</i> <i>Ana Paula de Souza Santos</i> <i>Fujie Kawasaki</i> <i>Rafael Pereira</i> <i>Tatiana Kolly Wasilewski Rodrigues</i> <i>Wellington Júnior Jorge</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6291922013	
CAPÍTULO 4	33
A IMPORTÂNCIA DO PIBID E SEUS IMPACTOS NA ESCOLA: DOIS ESTUDOS DE CASO EM MÚSICA	
<i>Cristina Rolim Wolffenbüttel</i> <i>Guilherme da Silva Ramos</i> <i>Romeu Riffatti</i> <i>Sita Mara Lopes Sant'Anna</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6291922014	
CAPÍTULO 5	46
A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	
<i>Silvania dos Santos Rabêlo</i> <i>Thelma Helena Costa Chahini</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6291922015	
CAPÍTULO 6	56
ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E AGRICULTURA FAMILIAR NA INTERFACE SAÚDE E AMBIENTE	
<i>Carla Rosane Paz Arruda Teo</i> <i>Maria Assunta Busato</i> <i>Vanessa da Silva Corralo</i> <i>Junir Antonio Lutinski</i> <i>Gisele Assumpção Vieira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6291922016	

CAPÍTULO 7 68

ANÁLISE COMPARATIVA DOS MUNICÍPIOS COM MELHORES E PIORES IDEBS DO NORDESTE: A PARTICIPAÇÃO NA GESTÃO COMO INDICADOR DE QUALIDADE

Patrícia Maria Uchôa Simões
Marcela Pires Barbosa
Priscila de Cássia da Silva Ramos

DOI 10.22533/at.ed.6291922017

CAPÍTULO 8 79

ANÁLISE DA FORMAÇÃO PÓS-GRADUADA EM MOLDES DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL SOB A ÓTICA DE PRECEPTORES/TUTORES E RESIDENTES

Carla Mousinho Ferreira Lucena
Ana Paula Rocha de Sales Miranda
Pablo Leonid Carneiro Lucena
Francilene Jane Rodrigues
Patrícia Barreto Cavalcanti
Clébya Candeia de Oliveira Marques
Adelaide Aires Pontes Adolfo

DOI 10.22533/at.ed.6291922018

CAPÍTULO 9 89

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ: O PROGRAMA BOLSA DE INICIAÇÃO ACADÊMICA A PARTIR DAS PERCEPÇÕES DOS ESTUDANTES

Márcia Regina Mariano de Sousa Arão
Gleiciane Viana Gomes
Aline Santos Martins
Maria José Martins Galvão
Fernanda Venâncio Farias

DOI 10.22533/at.ed.6291922019

CAPÍTULO 10 101

ATENDIMENTO EFICIENTE DA REDE EDUCACIONAL: A IMPLANTAÇÃO DO NOVO MODELO LOGÍSTICO DE PERNAMBUCO

Ednaldo Alves de Moura Júnior
Emílio Veludo Lopes
Murilo Wesley Soares Costa
Anselmo de Oliveira Carvalho Filho

DOI 10.22533/at.ed.62919220110

CAPÍTULO 11 118

DEFINIÇÕES E CONCEITOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE MATERIALISTA-HISTÓRICA DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA

Daphne Holzer Velihovetchi

DOI 10.22533/at.ed.62919220111

CAPÍTULO 12 136

ESTADO E AVALIAÇÃO ESTANDARDIZADA CRITERIAL: A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA EDUCACIONAL DE QUASE-MERCADO

Joina Bomfim

DOI 10.22533/at.ed.62919220112

CAPÍTULO 13..... 148

FAMÍLIA E REDE LOCAL: REFLEXÕES SOBRE O TRABALHO PROFISSIONAL EM UM PROJETO DE EDUCAÇÃO

Helena Piombini

Tainá Alvarenga

Rodrigo Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.62919220113

CAPÍTULO 14..... 161

FEDERALISMO, REGIME DE COLABORAÇÃO E A EFETIVAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO NA BAHIA

Angelo Dantas de Oliveira

Célia Tanajura Machado

DOI 10.22533/at.ed.62919220114

CAPÍTULO 15..... 173

GÊNERO E INCLUSÃO: UM ESTUDO DE CASO SOBRE AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO

Leandro Fernandes Valente

Jhennifer de Souza Góis

Antônia Sheilane Carioca Silva

Heliandra Linhares Aragão

DOI 10.22533/at.ed.62919220115

CAPÍTULO 16..... 181

INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: ESTRATÉGIA PARA A LEGITIMAÇÃO DA DIVISÃO SOCIAL E ECONÔMICA DO SABER?

Valdenice de Araujo Prazeres

DOI 10.22533/at.ed.62919220116

CAPÍTULO 17 197

MECANISMOS DE MOBILIZAÇÃO PARA O REGIME DE COLABORAÇÃO: CAMINHOS PARA A GESTÃO COLABORATIVA DA EDUCAÇÃO

Ana Paula Massonetto

Manoel dos Santos

André Cardone

DOI 10.22533/at.ed.62919220117

CAPÍTULO 18..... 214

MULHERES IDOSAS E SEU PROCESSO EDUCATIVO: A EXPERIÊNCIA DAS ALUNAS DA UNATI/UERJ

Alzira Tereza Garcia Lobato

Carla Virginia Urich Lobato

DOI 10.22533/at.ed.62919220118

CAPÍTULO 19 224

O PLANO DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO CONTEXTO DE EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA

Cristiane Queiroz Leite Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.62919220119

CAPÍTULO 20	236
O REGIME DE COLABORAÇÃO E O PNE: ENTRE O PROPOSTO E O POSSÍVEL	
<i>Laurimar de Matos Farias</i>	
<i>Leila Maria Costa Sousa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.62919220120	
CAPÍTULO 21	247
OS CONCEITOS DE DESCENTRALIZAÇÃO, AUTONOMIA E QUALIDADE DA EDUCAÇÃO NA PERSPECTIVA NEOLIBERAL	
<i>Edivania de Castro Pires</i>	
<i>Leidy Jane Claudino de Lima</i>	
<i>Ângela Maria Dias Fernandes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.62919220121	
CAPÍTULO 22	256
OS SENTIDOS DO ENSINO MÉDIO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: CONTRADIÇÕES NO ACESSO E NA QUALIDADE DO ENSINO	
<i>João Paulo da Conceição Alves</i>	
<i>Ronaldo Marcos de Lima Araujo</i>	
<i>Márcia Pereira da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.62919220122	
CAPÍTULO 23	268
POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO E O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: POSSIBILIDADES E DESAFIOS	
<i>Leidy Jane Claudino de Lima</i>	
<i>Jorge Fernando Hermida</i>	
<i>Fernando Augusto Generino Soares</i>	
<i>Edivania de Castro Pires</i>	
DOI 10.22533/at.ed.62919220123	
CAPÍTULO 24	281
VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA GESTÃO ESCOLAR ATRAVÉS DA OTIMIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS: O CASO DE PERNAMBUCO	
<i>Ednaldo Alves de Moura Júnior</i>	
<i>Severino José de Andrade Júnior</i>	
DOI 10.22533/at.ed.62919220124	
SOBRE A ORGANIZADORA	297

A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO ESTADO DO MARANHÃO E POLÍTICA EDUCACIONAL: ASPECTOS DA ORIGEM E A SUA IMPLEMENTAÇÃO

Marcia Cordeiro Costa

Universidade Federal do Maranhão,
Departamento de Biblioteconomia
São Luís- Maranhão.

RESUMO: Neste artigo apresenta-se a origem e a implementação da educação superior no Maranhão nas primeiras décadas do século XX e as políticas educacionais, especificando a influência de algumas delas nas perspectivas de ensino que foram sendo evolutivamente assumidas. Desse modo, inicia-se uma descrição histórica analisando a educação superior no Brasil e no Maranhão e a conjuntura política no período estudado, e seu processo de organização das suas primeiras faculdades. Constata-se que para tal análise tem se como pressuposto que as políticas e gestão da educação superior a nível nacional e estadual são marcadas por múltiplas regulações envolvendo diferentes personagens, interesses e prioridades. Trata-se neste momento de contribuir, na perspectiva histórica, para a compreensão dos fatores preponderantes que resultaram na gênese desse nível de ensino em terras maranhenses.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino superior. Política educacional. Maranhão.

ABSTRACT : This article presents the origin and

implementation of higher education in Maranhão in the first decades of the twentieth century and educational policies, specifying the influence of some of them on the educational perspectives that have been evolutionarily assumed. Thus, a historical description is begun analyzing the higher education in Brazil and Maranhão and the political conjuncture in the studied period, and its process of organization of its first faculties. For this analysis, it is assumed that the policies and management of higher education at national and state level are marked by multiple regulations involving different personalities, interests and priorities. It is now a matter of contributing, in the historical perspective, to the understanding of the preponderant factors that have resulted in the genesis of this level of education in Maranhão lands.

KEYWORDS: Higher education. Educational policy. Maranhão.

1 | INTRODUÇÃO

Este estudo vem ao encontro de uma série de investimentos desenvolvidos no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão com a finalidade de trazer a tona aspectos relativos à História da Educação maranhense desde o Império à Primeira República. O objetivo

da pesquisa foi o de analisar as políticas educacionais no Estado do Maranhão nas primeiras décadas do século XX, investigando como essas políticas educacionais influenciaram a constituição do ensino superior no Estado. A escolha desse tema se justifica por procurar entender as mudanças ocorridas no ensino superior, em meio a tantos conflitos políticos, mudanças econômicas, sociais e pedagógicas, por que o país passava no referido período de estudo. Assim, procurando elucidar os interesses subjacentes à sua implementação. A década de 1930 apresentou algumas reformas da educação decretadas pelo Governo Central, que foram aceitas pelo governo do Estado do Maranhão. Considerando que o Estado do Maranhão era governado por interventores nomeados por Getúlio Vargas, em meio a revoluções e mudanças educacionais, buscamos revelar os pressupostos e as intenções, que estiveram subjacentes às iniciativas de regulamentação do ensino superior, quanto à intervenção do Estado na educação. Assim, buscamos desvelar o fechamento das faculdades durante o Estado Novo e as lutas travadas pela comunidade acadêmica em favor da sua abertura, que vinha de encontro às transformações por que passava o Maranhão em termos políticos, econômicos e sociais da época.

2 | A EDUCAÇÃO SUPERIOR E A POLITICA EDUCACIONAL NO BRASIL

A educação superior no Brasil emerge junto com o crescimento dos centros urbanos, marcada pela época, pelas características sociais e culturais em que se expandiram e pelo grupo de poder que a construiu. Nesse sentido, “[...] as primeiras escolas superiores se instalaram preferencialmente em grandes cidades [...] algumas foram instaladas por causa do papel cultural que desempenhavam. Um destaque para as cidades históricas de Ouro Preto, São Luís e Olinda”. Machado (2007, p. 192). A partir dessas questões, não se pode historiar o ensino superior no Maranhão sem passearmos antes pela História do ensino superior no Brasil. Nesse passeio, em 1808, com a vinda da família real ao país, “[...] é instituída aqui o chamado ensino superior. Nasceram as aulas régias, os cursos, as academias em resposta às necessidades militares da colônia, consequência da instalação da Corte no Rio de Janeiro” (LUCKESI et al, 2005, p. 34). O ensino superior no Brasil iniciou-se com a criação de escolas isoladas, em consequência do pacto colonial entre as nações europeias, Morosoni e Leite (1992). Nesse contexto, foram implantadas as escolas de Direito, em São Paulo e Olinda em 1854, e as de Medicina, na Bahia e no Rio de Janeiro. “O modelo adotado nessas escolas foi o franco-napoleônico, que se caracterizava por uma organização não universitária, mais profissionalizante, centrado em cursos e faculdades, visando à formação de burocratas para o desempenho das funções do Estado”. Pimenta e Anastasiou (2005, p. 147-148). Até então, Portugal não consentia, apesar dos esforços dos jesuítas, a criação de uma universidade no Brasil.

O projeto de criação e instalação de uma universidade no Brasil já era uma luta

de longo período que se prolongou desde o período colonial e imperial. De acordo com Berger (1976, p. 167), “[...] será no Império que ocorrerá uma „academização” do sistema educacional brasileiro. São criadas as primeiras Faculdades com o objetivo e o princípio de atender às elites”. A expansão do ensino superior e a iniciativa privada se concretizam no período republicano, mais precisamente na República Velha (1889-1930), quando a Constituição da República, em 1891, descentralizou a oferta do ensino superior, permitindo que os governos estaduais e a iniciativa privada criassem seus próprios estabelecimentos. Teixeira (1969, p. 25) analisa o fato da seguinte forma:

Até o final do século XIX existiam apenas 24 estabelecimentos de ensino superior no Brasil com cerca de 10.000 estudantes. A partir daí, a iniciativa privada criou seus próprios estabelecimentos de ensino superior graças à possibilidade legal disciplinada pela Constituição da República (1891). As instituições privadas surgiram da iniciativa das elites locais e confessionais católicas. O sistema educacional paulista surgiu nesta época e representou a primeira grande ruptura com o modelo de escolas submetidas ao controle do governo central. Dentre os cursos criados em São Paulo neste período, constam os de Engenharia Civil Elétrica e Mecânica (1896), da atual Universidade Mackenzie que é confessional presbiteriana. Nos anos seguintes, o sistema educacional apresentou uma expansão considerável, passando de 24 escolas isoladas a 133, 86 das quais criadas na década de [19]20.

Os anos 1920 apresentam-se marcados pelo aumento da procura por uma educação superior resultante das transformações políticas, sociais, econômicas e culturais em processo no Brasil. Tais transformações tiveram profundas repercussões nas décadas seguintes:

Assim, promoveu-se a Semana de Arte Moderna de 22, em São Paulo, que rompeu com os moldes do academicismo na pintura, na música e na literatura, contribuindo para um contato mais direto com a vida brasileira e com as novas tendências da arte europeia mais viva. Do ponto de vista político, temos uma série de rebeliões, conhecida como o “movimento tenentista”, que culminaram com a Revolução de 1930. É nesse período, ainda que se constituem, no Rio de Janeiro, a Academia Brasileira de Ciências (ABC), em 1922, cujas origens datam de 1916, quando é fundada a Sociedade Brasileira de Ciências, e a Associação Brasileira de Educação (ABE) instituída em 1924. Essas duas entidades iniciam um movimento pela modernização do sistema educacional brasileiro em todos os níveis, incluindo o universitário. (SCHWARTZMAN, 1979, p. 163).

“O que se propunha era bem mais que a simples criação de uma universidade: era a ampla reforma de todo o sistema de ensino superior, substituindo as escolas autônomas por grandes universidades, com espaço para o desenvolvimento das ciências básicas e pesquisas.” Durham (2005, p. 202). Nesse cenário, temos a criação da primeira universidade na década de 1920, a universidade do Rio de Janeiro ou do Brasil como foi intitulada. A esse fato, Fávero (1999) assinala que na história do ensino superior brasileiro, a Universidade do Rio de Janeiro (URJ) é a primeira instituição universitária criada legalmente pelo governo federal, por meio do decreto n. 11.530, de 18 de março, em que o governo entende oportuno “[...] reunir em universidade no Rio de Janeiro, a Escola Politécnica, a Escola de Medicina e uma das Escolas de

Direito [...] sem que lhe fossem criados os mecanismos integradores entre as diversas faculdades existentes” (SILVA NETO, 1999, p. 61). O que bem identifica, no Brasil, o caráter agregacionista de escolas isoladas, mesmo na criação da referida universidade. Mas, apesar das divergências em sua criação, um aspecto não poderá ser esquecido: ela teve o mérito de provocar o debate em torno do problema universitário no país. Entretanto, esse fato abriu caminho para que, ao longo do tempo, outras instituições fossem criadas, como a própria ideia de universidade passasse por uma evolução (FÁVERO, 1999).

Dessa forma, a revolução de 1930 iria se transformar no motor acelerador desse processo, que “[...] veio abrir uma nova quadra na história política do país, na qual o aparelho educacional sofreu alterações de grande envergadura” (CUNHA, 1980, p. 150). O debate sobre a criação da universidade não se restringia mais às questões estritamente políticas, mas ao conceito e às funções de universidade na sociedade. Foi nesse cenário, que o governo de Getúlio Vargas promoveu uma ampla reforma educacional, autorizando e regulamentando o funcionamento das universidades, que se organizariam a partir de um núcleo formado por uma escola de Filosofia e Letras. Assim, o primeiro ministro da Educação no país, Francisco Campos, “[...] elabora e implementa reformas de ensino, embora não atendesse à principal bandeira do movimento nos anos 20 por não dar exclusividade pública ao ensino superior além de permitir a funcionamento de instituições isoladas” (MARTINS, 2002, p. 5).

Entretanto, em 11 de abril de 1931, é sancionado o projeto de reformas do ensino superior, que passa à história com o nome do ministro que o encaminha. A partir da reforma, há uma retomada típica do período monárquico, na centralização, por parte do governo, nas questões relacionadas ao sistema educacional superior. Segundo Durham (2005), a universidade já nasceu conservadora: o modelo de universidade proposto consistia, em grande parte, numa confederação de escolas que preservaram muito de sua autonomia anterior. Assim, 1937, se finda a Segunda República com o golpe que institucionalizou o Estado Novo. “O debate sobre a política educacional saía da sociedade civil e passava a ser controlado pela sociedade política, representada por um Estado ditatorial” (GHIRALDELLI JÚNIOR, 1991, p. 47).

Esse período terá como marcos importante a criação, a instalação e a consolidação do ME organizado. Sendo assim, a memória dos feitos da União Nacional de Estudantes (UNE), criada em 11 de agosto de 1937, revela a importância dessa entidade unificadora das lutas estudantis em escala nacional, tanto aquelas voltadas para questões específicas e regionalizadas, quanto as guiadas por motivações políticas. O surgimento dessa entidade representou uma tomada de consciência dos estudantes, em nível nacional e tornou-se um divisor de águas do ME na História educacional do país. No ano seguinte em 1938, buscando oficializar o órgão que representaria o segmento universitário no seu II Congresso Nacional, a UNE realiza várias discussões e propostas pertinentes ao cenário do ensino superior brasileiro, imprime também um forte cunho “militante” em suas deliberações.

O período de 1931 a 1945 caracterizou-se por intensa disputa entre lideranças laicas e católicas pelo controle da educação. Em troca de apoio ao novo regime, o governo ofereceu “[...] à Igreja a introdução do ensino religioso facultativo no ciclo básico, o que de fato ocorreu em 1931. Porém na década seguinte a Igreja Católica toma iniciativa da criação de suas próprias universidades” (MARTINS, 2002, p. 5). Estava em questão a reforma de todo o sistema de ensino, de forma especial o da universidade: As principais críticas ao modelo universitário eram: “[...] a instituição de cátedra, a compartimentalização devido ao compromisso com as escolas profissionais da reforma de 1931 que resistiam à adequação e mantinham a autonomia, e o caráter elitista da universidade”. (MARTINS, 2002, p. 3).

3 | A GÊNESE DO ENSINO SUPERIOR NO MARANHÃO: COMENDO O CENÁRIO

A formação de um curso superior vivenciada no Maranhão, no decorrer da primeira República, não é diferente dos demais estados da federação. É autêntica herdeira de um país que apresentava os mesmos problemas crônicos da época colonial e imperial, vale lembrar que até meados do século XVIII, era o Estado, entre as unidades coloniais lusitanas, de vida mais precária e difícil.

Entretanto, com a fundação da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão (7/8/1755) e sua política econômica de incentivo a lavoura, ao comércio e mesmo à indústria, essa situação de penúria seria, quase de imediato, não só superada como substituída por uma progressiva abundância e crescente riqueza que se firmaria de tal modo nos vinte anos em que atuou a empresa, até ser extinta (25/2/1778) por D. Maria I, após a morte de seu pai e conseqüentemente queda do Ministério pombalino, que permitiria a esta nova situação perdurar no tempo até meados do século XIX e estende sua duração, embora em continuada regressão, até que a Abolição lhe jogasse a última pá de cal. Com isso, os grandes senhores de terra e futuros barões donos dos engenhos de açúcar e proprietários de fazendas de algodão, de arroz, de gado, passariam a viver, em São Luís e Alcântara [...]. (MEIRELLES, 1994, p. 56-57).

Na elite local, desde muito tempo, era costume mandar educar em Portugal as jovens das famílias abastadas e os rapazes formarem-se na Europa. Esses jovens estudantes, ao retornar ao Maranhão, exerciam um papel fundamental na transformação do comportamento da sociedade. Sendo eles o elo entre o Maranhão e o velho mundo com sua cultura milenar, berço de revoluções políticas e estilo de vida incomum (JORGE, 2000). Com uma educação privilegiada, aos jovens de elite estariam destinados os altos cargos da administração pública. O Maranhão, nesse período, apresenta várias questões sociais que eclodiram com o predomínio do modelo agroexportador, o poder exercido por coronéis, corrupção, política de favores, uso da máquina pública, exclusão das classes subalternas e poder concentrado nas mãos de uma minoria, além da ausência do Estado no que tange às questões sociais (BOTELHO, 2007). O Maranhão na Primeira República apresentava também fragilidades de ordem

econômica e social, “[...] cujo cenário ficou marcado pelo conjunto de acontecimentos que ensejaram o colapso do sistema monárquico e o alvorecer do novo regime que teve no exército a sua principal força, e na ausência de setores populares, o seu principal defeito” Botelho (2007, p. 159). Ao abordar o fato, Costa (1985) analisa que o novo regime instaurado não correspondia às aspirações da população e que a República não passaria de um simples golpe militar. A ideia de instalação de um curso superior ganhava espaço a partir desse período nas rodas e nos discursos dos intelectuais, Assim, com a proclamação da República,

[...] a que o Maranhão aderiria formalmente a 18/11/1889, surgiriam, a pouco e pouco, as primeiras unidades isoladas de ensino superior, na terra, todas elas, de princípio, particulares e agora sem que fossem de fins religiosos, e isso depois de desfazer-se o sonho, sem dúvida prematuro, do poeta Sousândrade, da criação de uma universidade em São Luís. (MEIRELLES, 1994, p. 63).

O sonho e o desejo da primeira escola superior no Maranhão se realizaram a partir da ação de um grupo de intelectuais idealistas, entre eles Domingos de Castro Perdigão, árduo lutador pela criação da Faculdade de Direito no Maranhão, que conquistou um forte e decisivo aliado nessa empreitada, o cônsul de Portugal no Maranhão, o escritor Sr. Manoel Fran Paxeco. Muitos percursos e debates ocorreram em torno da concretização da primeira escola superior em terras maranhenses. Temos então em cena, a Faculdade de Direito do Maranhão, fundada em 28 de abril de 1918, durante uma assembleia reunida no recinto da Biblioteca Pública do Estado, onde se cria a Associação Organizadora do referido órgão. Composta a primeira diretoria, teve o Dr. Viana Vaz, como Diretor e 1.º vice-diretor o desembargador Henrique Couto, o primeiro juiz federal do Estado. O corpo docente fundador da faculdade era constituído por: Dr. Antonio Lopes, Dr. Godofredo Viana, Dr. Fran Paxeco, Dr. Viana Vaz, Dr. Raul da Cunha Machado, Dr. Clodomir Cardoso, que organizaram o primeiro vestibular, termo utilizado a partir de 1915 em substituição a exames preparatórios. Assim, foi realizado no dia 8 de junho de 1918. Instalada durante o governo de Herculano Nina Parga, a faculdade funcionou inicialmente no Beco de Sé, hoje travessa D. Francisco; depois, na Rua do Sol, esquina da Travessa do Sineiro (Godofredo Viana), defronte ao Teatro Arthur Azevedo, em prédio próprio (MEIRELLES, 1994). Nos anos seguintes, a faculdade de Direito fica sendo o único estabelecimento de ensino superior no Maranhão. Reconhecida como instituição de utilidade pública pela Lei Estadual n. 834, de 21 de março de 1919, tendo declaração válida dos diplomas por ela conferidos, em todo o território do Estado pela Lei n. 963, de 4 de abril de 1921. Já a conquista à equiparação da faculdade de Direito do Maranhão aos estabelecimentos federais congêneres foi autorizada pelo Conselho Superior de Ensino, em 16 de fevereiro de 1924 (MEIRELLES, 1994). A referida equiparação foi publicada no Diário Oficial da União, edição de 22 de fevereiro de 1924.

Nesse quadro de êxito de que se revestiu a Faculdade de Direito nos anos 1920,

surge o nosso segundo estabelecimento de ensino superior, a Escola de Farmácia no Maranhão, fundada a 12 de março de 1922. Idealizada inicialmente pelos Dr. Luís Lobato Viana e Cesário dos Santos Veras, contou com apoio nesse primeiro momento dos entusiastas farmacêuticos Bernardo Pedrosa Caldas e João Marcelino da Silveira Teixeira (DINO, 1996). Reconhecida, assim, pelo Estado como instituição de utilidade pública pela Lei n. 1.121 de 9 de maio de 1923 e seus diplomas validados em todo o território maranhense por ele expedido por decreto da Lei Estadual 1.163, de 7 de abril de 1924. Tem na direção desse novo estabelecimento de ensino superior, o médico e farmacêutico Dr. Achilles de Faria Lisboa.

Entretanto, em sua obra, o historiador Mário Meireles registra a iniciativa dos juristas Fran Paxeco e Domingos de Castro Perdigão à formação dessa nova escola em terras maranhenses. Só em 1925, a direção da Escola de Farmácia resolve congrega um Curso de Odontologia. O Maranhão não tinha a dispor cirurgião-dentistas formados, para atender à necessidade da sociedade, até porque não eram muitos os cursos dessa especialidade no país. Então, o Estado procurou resolver essa questão, através da Lei n. 764, de 23 de abril de 1917, que permitia os formados pela Escola Livre de Odontologia do Pará a exercerem a profissão, não somente na capital, mas em todo o Maranhão. Essa medida não resolveu definitivamente o problema, resultando na junção das escolas que passa a designar-se de Escola de Farmácia e Odontologia do Maranhão. Chegamos, assim, “[...] a última década da primeira metade do século XX com apenas uma Faculdade de Direito e uma Escola de Farmácia e Odontologia, equiparadas, ambas de fato e de direito, unidades de ensino superior” (MEIRELLES, 1994, p. 67). Assim sendo, o olhar se volta para a conjuntura da década de 1930, esse período inaugura outra etapa do ensino superior no país e, conseqüentemente, no Maranhão, decorrente das profundas mudanças no cenário político e educacional, resultante do governo Vargas (1930-1945). Surge, então, um aparelho de Estado centralizador no intento de estabelecer seu projeto nacionalista. Se a Primeira República é caracterizada pela descentralização política, após 1930 essa tendência se reverte na crescente centralização nos mais diversos segmentos da sociedade. Portanto, no Maranhão, “[...] a presença de interventores é reflexo do centralismo adotado no governo Vargas que contribuiu imensamente para aguçá-los os conflitos e conseqüentemente a instabilidade política no estado. **Só entre 1930 a 1937, governaram o Maranhão, sete interventores, cujos mandatos em geral, foram marcados por conflitos e instabilidades.**” (BOTELHO, 2007, p. 178 grifo nosso).

No Maranhão, as faculdades de Direito, Farmácia e Odontologia – seguindo o exemplo das faculdades congêneres de Recife e São Paulo – instituem os Centros Acadêmicos de herança coimbrã, grandes polos de expansão cultural no país. Assim, as primeiras organizações estudantis tomam corpo institucional, com discussões ocorrendo dentro das referidas instituições em nosso Estado. O período de 1937 a 1945 assinalou a nova fase política e educacional do país, caracterizadas por um

conjunto de reformas educativas, que ficaram conhecidas como Leis Orgânicas de Ensino ou Reforma Capanema (MARTINS, 2002). Em nome do princípio da autoridade e da disciplina, decisões são tomadas e a autonomia universitária é negada. Entre os objetivos explicitados por esta nova ordenação jurídica e administrativa (Estado Novo), “[...] estavam as perspectivas de ordenamento da educação; a definição de competências entre os diferentes estratos de governo (municípios, estados e união); articulação entre os diferentes ramos de ensino e a implantação de uma rede de ensino profissionalizante”. (CUNHA, 1980, p. 14). No Maranhão, o Estado Novo encontrou Paulo Ramos no exercício do governo. “Ele, além de ter aderido ao projeto político-ideológico do novo regime, era detentor da confiança do presidente, passando, por isso de governador eleito para interventor nomeado” (RODRIGUES, 1993, p. 105)

No Maranhão, o estado novismo encontrou Paulo Ramos investido da primeira magistratura, e prontamente, o transformou em Interventor Federal. Foi o princípio de um processo de redefinição administrativa, carregado de peculiaridades, que, permanece necessitado de inteligências críticas e plásticas, capacitadas a decodificá-lo, com a disciplina dos preconceitos e dos comprometimentos. Qual foi a estratégia política de Paulo Ramos? Foi exatamente a de produção e consolidação de uma convincente autonomia administrativa, que promovesse o distanciamento gradativo dos tradicionais litigantes oligárquicos da máquina do Estado. As providências do elaborado taticismo resultaram no surgimento de uma consciência beligerante de combates: e os soldados, outros não foram, senão os intelectuais. Paulo Ramos promoveu uma reorganização administrativa, que compreendeu o funcionamento burocrático dos instrumentos do serviço público, sob o símbolo da austeridade vigilante do Interventor Federal. O moralismo de conteúdo simpático à pequena burguesia representou uma atividade legitimidade, dirigida para os agrupamentos cartoriais, procurando colocá-los em situação secundária, quanto ao instalado exercício particular do poder público. (CORRÊA, 1993, p. 207-208). RODRIGUES, 1993, p. 105).

Porém, nos anos que se seguiram, as faculdades ficaram sob o controle explícito dos poderes instituídos. Nesse contexto, em 1939, a faculdade de Direito do Maranhão e a Faculdade de Farmácia e Odontologia foram levadas a encerrar suas atividades. As razões atribuídas pelo Departamento Nacional de Ensino para o fechamento de ambas foram às irregularidades administrativas. Entretanto, há questionamentos quanto a tal versão, atribuindo essa ação a motivações políticas e não a problemas de caráter eminentemente técnico-administrativo. Dino (1996, p. 76-77) relata:

A chamada História Oficial conta que as razões cassatórias foram de caráter eminentemente técnico-administrativo. [...] No tocante ao arquivo da vetusta Escola Jurídica, ao que se sabe por informações oficiosas, o Dr. Soares de Quadros, então fiscal do ensino federal, quando do seu fechamento, houve por bem de empacotar toda a papelada burocrática e a remeter de navio para o Ministério da Educação no Rio de Janeiro. Na mudança do MEC para Brasília os pacotes e mais pacotes referentes à vida da velha Salamanca foram extraviados ou incinerados. O certo é que, no MEC, já em Brasília, apesar de incessantes tentativas, jamais conseguimos obter qualquer informação satisfatória a respeito. Uma outra corrente de pensamento sustenta não se poder buscar as primas causas da cassação da velha Faculdade de Direito sem a análise histórica da presença ostensiva do Estado Novo nos setores cultural, econômico e educacional em terras maranhenses

Por fim, em 1941 adveio o Decreto n. 8.085 de 21 de outubro de 1941, que cassou o reconhecimento da faculdade de Direito, em consequência, foi forçada a fechar definitivamente suas portas, [...] “sendo seus arquivos recolhidos também ao Ministério e garantido, igualmente a seus alunos que se transferissem por escolas similares em outros estados.” (MEIRELLES, 1994, p. 67). As faculdades foram reabertas somente em 1944, sob outra denominação e mantida pela recém-criada Fundação Paulo Ramos. “Por três longos anos, então, esteve a mocidade maranhense impossibilitada de sonhar com a conquista, na própria terra, de um diploma superior” (MEIRELLES, 1994, p. 68). Dessa forma, coube ao professor Luiz de Moraes Rêgo, Diretor geral da Instrução Pública, então presidente da Fundação, a reabertura dos Cursos de Direito e de Farmácia e Odontologia, “[...] marcando o começo da ação pública em direção ao ensino superior no Maranhão, reflexo da reorientação que o Estado brasileiro vivia desde os anos trinta, assumindo funções antes esquecidas ou relegadas à iniciativa privada”. Nesse cenário, surge o primeiro curso superior de Enfermagem, a Escola de Enfermagem São Francisco de Assis, cuja criação está datada de 15 de julho de 1948, pelas Irmãs capuchinhas. Na direção dessa instituição, nós tínhamos o Dr. Carlos Macieira e a Irmã Metildes Maria. “Conforme o regimento datado de 1948, a Escola propunha-se a ministrar três cursos: Superior, Especialização e Auxiliar de Enfermagem.” (ALMEIDA, 1998, p. 4). No referido ano, nós temos o fim da Segunda Guerra, a queda de Getúlio e, conseqüentemente, o afastamento do interventor Paulo Ramos na direção do Estado.

4 | CONCLUSÃO

Ao compor esse cenário, verifica-se que o ensino superior em nosso Estado, se comparado a outras localidades do Norte e Nordeste, teve sua implantação tardia, resultante do desinteresse da classe dominante que preferia enviar seus filhos para o exterior, e centros culturais mais desenvolvidos. Assim, concretizando o antigo desejo dos intelectuais maranhenses instala-se a primeira escola de ensino superior no Maranhão, a faculdade de Direito em 1918. Ensino que se amplia e consolida com a criação das faculdades, de Farmácia e Odontologia em 1920.

Conforme Durham (2005, p.5) “Precisamos reconhecer que, ao papel que cabia antigamente às instituições de ensino superior, o de formar uma pequena elite dirigente e uns poucos profissionais liberais, somaram-se, ao longo dos anos, muitos outros. Esta alteração afeta, basicamente, as universidades [...]”. O campo das pesquisas em educação nos últimos anos ganhou dimensões que ampliaram os objetos e as ações educacionais que tem contribuído de forma significativa para criar mecanismos que possam contribuir para uma melhor compreensão sobre as políticas educacionais e suas instituições, caso deste trabalho as que se inseri no Ensino Superior no Maranhão, no sentido de entender melhor sua gênese e desenvolvimento ao longo do tempo para

podemos desenvolver ferramentas que contribuam com uma reflexão mais profunda a respeito do ensino superior, no que tange de sua implantação e avaliação no nosso Estado.

Isso se faz necessário no momento que as discussões em torno do Ensino Superior, bem como de Universidades ganham corpo no campo das ciências como um todo, buscando encontrar elementos que possam ampliar a compreensão sobre esta temática. A compreensão da criação e de estudo dos primeiros focos do ensino superior no Maranhão é uma condição sine qua non para podermos analisar e avaliar a instalação do Ensino Superior em nosso espaço educacional.

Portanto, é importante percebemos o campo educacional em que foram implantadas as duas primeiras instituições de ensino superior maranhense. Por tudo que tratamos até aqui, não somos ingênuos ao ponto de ignorar os efeitos perversos das escolhas políticas e econômicas do país e seus reflexos na educação superior, tão bem tratado pela literatura especializada em nosso recorte temporal. Entretanto, arriscamos dizer que, diante de um sistema originariamente elitista, com as devidas ressalvas, a implantação do ensino superior no Maranhão ira se configurar em grandes mudanças na educação como um todo, podemos até dizer que foi divisor de águas, ou melhor, um divisor educacional em nosso Estado.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, L. S. **História da UFMA**, ago. 1998. Entrevistador: Regina Helena Martins de Faria. São Luís. Entrevista concedida ao Projeto Memória de Professores da UFMA. 1998.
- BERGER, M. **Educação e independência**. Porto Alegre: DIFEL, 1976.
- BOTELHO, Joan. **Conhecendo e debatendo a história do Maranhão**. São Luís: Fort, 2007.
- CUNHA, L. A. **A universidade temporã: o ensino superior da colônia à era de Vargas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- CORRÊA, R. Os acadêmicos da democracia autoritária, Victorino Freire, cidadão maranhense, e os de 45 na decolagem da utopia. In: _____. **Formação social do Maranhão: o presente de uma arqueologia**. São Luís: SIOGE, 1993. cap. 5.
- COSTA, E. V. da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- DINO, S. **A Faculdade de direito do Maranhão (1918-1941)**. São Luís: EDUFMA, 1996.
- DURHAM, E. Educação superior, pública e privada (1808 – 2000). In: SCHWARTMAN, Simon & BROCK, Colin. **Os desafios da educação no Brasil**. Rio de Janeiro. Nova Fronteira. 2005. p.197-240.
- FÁVERO, M. de L. de A. **A universidade do Brasil: um itinerário marcado de luta**. Rio de Janeiro, n. 10, jan./abr. 1999.
- _____. **A UNE em tempos de autoritarismo**. Rio de Janeiro:URFJ,1994.

- FRAGA, M. D. **Universidade**: concepções, conceitos e projetos. Rio de Janeiro, 1982. Dissertação (Mestrado em Educação). Fundação Getúlio Vargas, 1992.
- GHIRALDELLI JÚNIOR, P. **História da educação**. São Paulo: Cortez, 1991.
- JORGE, S. B. **Política movida a paixão**: o jornalismo polêmico de Odorico Mendes. São Luís: Departamento de Comunicação Social; UFMA, 2000.
- MEIRELLES, M.M. **Dez estudos históricos**. São Luís: Alumar, 1994.
- MOROSONI, Marília; LEITE, Denise (org.) **Universidade e integração ao Cone Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 1992.
- MARTINS, A. C. P. **Ensino superior no Brasil**: da descoberta aos dias atuais. Acta Cirúrgica Brasileira, v. 17, São Paulo, 2002. Suplemento 3.
- PIMENTA, S. G.; ANASTASIOU, L. das G. C. **Docência no ensino superior**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- QUEIROZ, T. **Os literatos e a República Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo**. 2. ed. Teresina: UFPB, 1998.
- RODRIGUES, M. R. N. **Maranhão**: europeísmo ao nacionalismo. São Luís: SIOGE, 1993.
- SOUSA, A. L. L. Construindo uma concepção da extensão sob a ótica do movimento estudantil brasileiro. In:_____. **A história da extensão universitária**. Campinas: Alínea, 2000. p. 25-28
- SOUSA, F. M. de; BONFIM, M. da C. A. do; PEREIRA, M. das G. M. R. **Presente do passado**: a faculdade católica de filosofia na história da educação do Piauí. Teresina: EDUFPI, 2002.
- SILVA NETO, M. A. de. **Das concepções de universidade**: uma perspectiva fenomenológico-existencial hermenêutica, São Luís: EDUFMA, 1999.
- SCHWARTZMAN, Simon. **Formação da comunidade científica**. São Paulo; Rio de Janeiro: FINEP, 1979.
- TEIXEIRA, A. **O ensino superior no Brasil**: análise e interpretação de sua evolução até 1969. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1969.
- ULLMANN, R.; BOHEN, A. **A universidade**: das origens e renascença. São Leopoldo: Unisinos, 1994.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-062-9

